



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇO Nº 029/10**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às 13:30 hs do dia **10/08/2010** na Central de Compras, situada à rua Marechal Floriano nº 458, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de uniformes e EPIs para atender a Secretaria Municipal da Saúde, conforme Modelo de Proposta e Descritivo, em anexo.

1.1.1. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora.

1.1.2. Os serviços de serigrafia, bordado e ou estampa serão por conta da licitante vencedora, portanto deverão compor o preço final proposto

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste Convite, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

#### **DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 029/10**  
**PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPIs.**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 029/10**  
**PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPIs.**  
**PROPOSTA DE PREÇO**  
**PROPONENTE:**

### **4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

4.1. Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que atenda às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.

4.1.1. O Certificado de Registro Cadastral deverá estar com toda a documentação em dia, não se permitindo apresentação dos mesmos na data e hora marcados para abertura da Documentação de Habilitação.

4.2. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada e emitida pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.2.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no item 4.2, a empresa não ficará inabilitada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006, Art. 44 e Art. 45.

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

4.3. Declaração de superveniência de fato impeditivo da data da emissão do Certificado de Registro Cadastral (Modelo Anexo I).

4.4. Os documentos que estiverem vencidos deverão ser atualizados antecipadamente junto ao setor de Cadastro da Central de Compras desta Prefeitura.

4.5. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original para fins de cadastro.

4.6. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua **validade** verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.7. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

## **5. DA PROPOSTA**

As propostas deverão ser apresentadas da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter o que segue:

5.1.1. Declaração de que as entregas dos materiais não sofrerão despesas adicionais com frete ou de qualquer outra natureza, em relação ao preço da proposta apresentado no item 5.1.pela licitante, ou seja, não incorrendo nenhum ônus para o Município.

5.1.2. Declaração que se for declarada vencedora enviará amostras para escolhas individuais conforme tamanho e números solicitados.

5.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

## **6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

## **6.1. DO RECEBIMENTO**

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **13:30h** do dia **10 de agosto de 2010**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458– Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

## **6.2. DA ABERTURA**

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às **14:00 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.4. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.5. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

## **6.3. DO JULGAMENTO**

A Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o menor preço, na forma do sub item 5.1.

6.3.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

#### **6.4. DO DESEMPATE**

6.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que a melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea “a”, terá o prazo de 02 (dois ) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.

6.4.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.4.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

## **6.5. DA HOMOLOGAÇÃO**

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço por item**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## **7. DA ENTREGA**

7.1. As entregas devem ser efetuadas, conforme **Descritivo Quantitativo Anexo III**, onde estão descritos os locais para entrega, os responsáveis pelo recebimento, o desenho da estampa e as quantidades por setor.

7.1.1. A(s) Licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) enviar amostras para escolhas individuais conforme tamanho e números solicitados no Anexo III Descritivo Quantitativo

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado **após entrega**, mediante Nota Fiscal, das quantidades entregues.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ,e;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

## **11. DA RESCISÃO**

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.

11.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O presente edital deverá ser retirado no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto 458 – Centro ou pelo fone (53) 3233.8417.

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX (fone 3231.1162 ou 3233.8417), até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

12.2.1. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- **Anexo I – Modelo de Proposta**
- **Anexo II – Modelo de Declaração de Superveniência**
- **Anexo III – Descritivo Quantitativo**
- **Anexo IV– Minuta de Contrato**

12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissso prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 13 de julho 2010.

Regimar Hernandez da Rosa  
Gerente de Compras e Licitações Públicas